

**Despacho n.º 184/2016**

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnica especialista para o meu gabinete a licenciada Ana Maria Vicente da Silva Horta, especialista superior da Polícia Judiciária, para exercer funções na área da assessoria financeira e orçamental.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, o estatuto remuneratório da designada é o dos adjuntos de gabinete.

3 — A designada exerce funções até ao termo do meu mandato, podendo a presente designação ser revogada a todo o tempo.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 14 de dezembro de 2015.

22 de dezembro de 2015. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

## ANEXO

**Nota curricular**

Dados pessoais:

Ana Maria Vicente da Silva Horta  
Data de nascimento: 12 de maio de 1973

Habilitações académicas:

Licenciatura em Gestão, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade Técnica de Lisboa;

Pós-graduação avançada em Finanças e Gestão do Setor Público pelo Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF), da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Conclusão da componente curricular do mestrado em Administração Pública, especialização Justiça, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade Técnica de Lisboa;

Frequência da pós-graduação «Métodos Analíticos Aplicados às Finanças Públicas», 2014/2015, parceria entre a Direção-Geral do Orçamento (DGO), o Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade de Lisboa, e o Instituto Superior de Estatísticas e Gestão de Informação (ISEGI), da Universidade Nova de Lisboa;

Frequência da pós-graduação «Prospetiva, Estratégia e Inovação», 2015/2016, do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade de Lisboa.

Formação profissional:

Curso FORGEP — Formação em Gestão Pública, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE);

Frequência de diversas ações de formação profissional e participação em seminários nas áreas da administração pública, gestão e finanças.

Percurso profissional:

Outubro de 1991 — exercício de funções na empresa FERNAVE — Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S. A., no Departamento de Programas Operacionais e no Departamento Financeiro;

Setembro de 1997 — ingresso na Administração Pública, no Ministério da Justiça;

Setembro de 2000 — desempenho de funções na Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ), na Divisão de Recursos Materiais;

Junho de 2004 — especialista superior da Polícia Judiciária (PJ), tendo desempenhado funções no Departamento de Administração Financeira e Patrimonial;

Janeiro de 2008 — em regime de requisição, desempenho de funções no Gabinete de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado, Parcerias Público-Privadas e Concessões, na Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF);

Setembro de 2008 — nomeada, em regime de substituição, chefe da Divisão de Gestão Patrimonial e Financeira do Instituto Camões, I. P. (IC, I. P.);

Agosto de 2010 — nomeada, em regime de substituição, chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ);

Março de 2011 — nomeada para assegurar, em regime de acumulação de funções, o cargo de chefe da Divisão de Recursos Humanos com o cargo de chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ);

Dezembro de 2012 — designada, em regime de substituição, diretora de serviços de Gestão de Recursos da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ);

Dezembro de 2013 — designada, em regime de substituição, diretora do Departamento de Gestão Financeira do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P. (IGFEJ, I. P.);

Fevereiro de 2015 — designada adjunta do Secretário de Estado da Justiça, no âmbito do XIX Governo Constitucional;

Novembro de 2015 — designada adjunta da Secretária de Estado da Justiça, no âmbito do XX Governo Constitucional.

Outra atividade profissional relevante:

Participação em diversos grupos de trabalho em matérias atinentes ao exercício das funções desempenhadas;

Membro do júri de diversos processos de aquisição de bens e serviços; Membro do júri de diversos procedimentos concursais de recrutamento e seleção de pessoal;

Perita da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRE SAP), entre maio de 2012 e abril de 2015;

Vogal do conselho fiscal da Administração do Porto de Aveiro, S. A., entre abril de 2008 e março de 2015.

209225839

**Despacho n.º 185/2016**

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *a*), do n.º 1, do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como chefe do meu gabinete o Professor Doutor Miguel José Lopes Romão, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2 — O designado é autorizado a beneficiar do disposto no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 1 de dezembro de 2015.

22 de dezembro de 2015. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

**Nota curricular**

Miguel Romão (Lisboa, 1977) é doutorado, mestre e licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. É professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, professor convidado da Coimbra Business School/ISCAC e advogado. Tem exercido funções docentes desde 2000, na licenciatura e em mestrados, nas disciplinas de Teoria do Direito, Direito da União Europeia, Metodologia Jurídica, Filosofia do Direito, História do Direito, Direito Romano, História das Relações Internacionais e História do Pensamento Jurídico.

Desempenhou as funções de consultor jurídico (2000-2004), diretor-geral (2006-2008), também com funções de coordenação da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia de 2007 na área da justiça, e subdiretor-geral (2008) no Ministério da Justiça, bem como exerceu funções de adjunto (2005) e assessor (2009) do Ministro da Justiça. Entre 2006 e 2008 foi membro da Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus, da Comissão Interministerial para a Cooperação e da Delegação da República Portuguesa na Comissão Paritária para a implementação da Concordata celebrada entre Portugal e a Santa Sé, em representação do Ministério da Justiça.

Tem colaborado desde 2009 com organizações internacionais em projetos na área da justiça (Comissão Europeia, Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos). Foi docente convidado do EIPA — Instituto Europeu de Administração Pública (Luxemburgo) entre 2009 e 2010.

É membro da direção do Instituto de História do Direito e do Pensamento Político da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e investigador associado do “Teoria e História do Direito — Centro de Investigação da Universidade de Lisboa”, bem como membro da comissão editorial da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa/Lisbon Law Review. Tem diversas publicações, como autor e coautor.

209226081

**Despacho n.º 186/2016**

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como adjunto para exercer funções no meu gabinete o licenciado João Pedro Teixeira Silva Freire, Consultor do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publi-